



Universidade de Brasília - UnB

Faculdade de Educação - FE

Clara Cristine Santos Santana

**A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL: o que dizem as pesquisas sobre a
relação do Trabalho Infantil e a Educação**

Brasília

2024

Clara Cristine Santos Santana

**A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL: o que dizem as pesquisas sobre a
relação do Trabalho Infantil e a Educação**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia da
Faculdade de Educação da Universidade de
Brasília como requisito parcial de aprovação na
disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II.

Orientadora: Dra. Caroline Bahniuk

Brasília

2024

Clara Cristine Santos Santana

**A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL: o que dizem as pesquisas
sobre a relação do Trabalho Infantil e a Educação**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília como requisito parcial de aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II. Orientadora: Professora Dra. Caroline Bahniuk

DATA DA APROVAÇÃO:

20/09/2024

BANCA EXAMINADORA:

Professora. Dra. Caroline Bahniuk – Orientadora – Faculdade de Educação – TEF
(orientadora)

Professora. Dra. Caetana Juracy Rezende Silva - Faculdade de Educação - TEF - titular

Professora. Dra. Benedetta Bisol - Faculdade de Educação - TEF - titular

Professora. Dra. Silmara Carina Dornelas Munhoz - TEF - suplente

AGRADECIMENTOS

Quero aqui expressar minha imensa gratidão a Deus, por ser meu refúgio, por me encorajar nos momentos que pensei que não iria conseguir, pela companhia nas longas noites de estudo e por ter me dado sabedoria e discernimento para conduzir esse trabalho.

Agradeço a toda minha família, avós, tias e tios, minha irmã Cristina e meu irmão Cristian, a meu pai Hudson que fez questão de me levar e buscar em todas as etapas do PAS, provas do ENEM, de me buscar na parada quase meia noite depois da faculdade, e minha mãe Daniela que me incentivou a estudar, a não desistir, me aconselhar a ir pelo caminho mais justo, desde o início de minha graduação todos estiveram ao meu lado. O apoio incondicional, amor e incentivo de vocês foram essenciais para minha caminhada.

Não posso deixar de mencionar minhas amigas de faculdade, Talita Reis e Maria Eduarda que deixaram de ser apenas colegas que faziam trabalhos acadêmicos juntas e passaram a compartilhar comigo momentos únicos dentro da Universidade e incentivando a continuar mesmo com tantos desafios.

A professora Caroline Bahniuk que aceitou me orientar com todo empenho, paciência e amizade e aos professores da faculdade de educação em geral agradeço por mediarem meu aprendizado e por toda contribuição para meu desenvolvimento profissional.

Por fim agradeço a todos que contribuíram de forma direta ou indireta com minha formação acadêmica e com o desenvolvimento desta pesquisa.

MEMORIAL

A reta final no curso de pedagogia na Universidade de Brasília me faz lembrar de toda a luta, de todo esforço que tive para chegar até aqui hoje carregando comigo muitos aprendizados, vivências e felicidade!

O início da minha jornada foi na Ceilândia, onde nasci, cresci e vivo até hoje. Sempre estudei em escola pública e nas instituições que passei, havia precárias condições de aprendizagem devido à falta de estrutura e materiais didáticos, por diversas vezes de professores, além disso a sociedade sempre marginalizou muito a área em que moro afirmando que as crianças e jovens da região não teriam muitas chances de ingresso no Ensino Superior. De forma geral, essa possibilidade quase não é apresentada para certos grupos sociais, portanto nunca imaginei que iria estudar em uma universidade pública federal.

Iniciei minha trajetória escolar na Educação Infantil na Escola Classe 48 de Ceilândia, em 2007. A escola não ficava tão próxima da minha casa então muitas das vezes minha mãe precisava sair comigo mais cedo de casa para irmos andando e não chegar atrasada pois ela também precisava deixar meus irmãos mais velhos que estudam em outra escola. Às vezes íamos de ônibus e quando meu pai estava de folga ele me levava de bicicleta. No ano seguinte fui transferida para a Escola Classe 52 na mesma região administrativa e um pouco mais perto de casa, mas realizei apenas o 1º ano do Ensino Fundamental. Pois foi inaugurada uma nova escola a alguns metros da minha casa, a Escola Classe 67 que atualmente é o Centro de Ensino Fundamental 32 de Ceilândia localizada no Pôr do Sol em qual fiz o meu 2º ano nesta instituição em 2009, foi lá que permaneci durante todo meu Ensino Fundamental e tive momentos incríveis.

Meu Ensino Médio foi realizado no Centro Educacional 06 de Ceilândia, em 2017, onde o diretor sempre se preocupou com a educação e queria ver todos os alunos trilhando seus caminhos. Por conta disso, buscava formas de levar professores de outras instituições ou de cursinhos preparatórios de vestibular para dar palestras, aulas em contraturno ou aos sábados, como também desenvolver projetos de reforço escolar. Particularmente tive a oportunidade de participar dessas aulas que contribuíram muito para chegar aonde cheguei. Durante o Ensino Médio eu também frequentava o Centro de Línguas Estrangeiras de

Ceilândia (CILC), ingressei em 2015 no curso de Espanhol. Portanto, minha rotina diária era bem corrida para conciliar escola e curso. Somente no meu 3º ano do EM que comecei a pensar em entrar na UnB, então participava de todos os aulões gratuitos aos sábados e consegui uma vaga em um cursinho preparatório do projeto “Bora Vencer Intensivo”, que tinha aula todos os dias durante a noite.

Foram dias de lutas, dias que eu chegava em casa cansada depois de ter ido à escola, curso de espanhol, cursinho preparatório, mas sempre com o sentimento de dever cumprido, de estar plantando cada semente do meu futuro, até o grande dia que saiu o resultado, em que fui aprovada para o curso de Pedagogia na Universidade de Brasília, por meio do PAS e do ENEM.

De maneira que me tornei a primeira pessoa da minha família a cursar o nível superior, e digo que não foi fácil entrar e não foi fácil permanecer, principalmente por ser aluna do período noturno, iniciar as aulas depois de um dia de trabalho, de correr para o RU para jantar ou de sair da aula às pressas para não perder o último ônibus de volta para casa. Mesmo assim, vivendo experiências incríveis nessa faculdade, de novas amizades, de novos horizontes e oportunidades, projetos e pesquisas.

A Universidade de Brasília ampliou meus muros, me fez enxergar a educação como direito, me fez ter um olhar mais sensível a muitas causas sociais, me fez despertar a vontade de lutar pelo que é justo, a Universidade é lugar de todos e eu espero que assim como eu, muitos estudantes possam se ver ocupando e que ocupem de verdade um lugar tão rico.

RESUMO

A presente monografia tem como objetivo entender a relação entre Trabalho Infantil e educação escolar de acordo as produções acadêmicas sobre a temática. Derivam dessa problemática os seguintes objetivos: Compreender o Trabalho Infantil na Atualidade; Conhecer e analisar a produção sobre Trabalho Infantil e a relação com a Educação; Contribuir para dar evidência ao Trabalho Infantil, muitas vezes oculto, e gerar a conscientização para a sociedade atual dos riscos que essa exploração pode acarretar na vida dessas crianças e adolescentes. A pesquisa tem caráter qualitativo e a metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica. Para tanto, realizamos um levantamento de artigos e teses nos últimos 10 anos (2014- 2024), a partir dos descritores: Trabalho Infantil and educação na plataforma Portal de Periódicos Capes e na Biblioteca Digital de Produção Intelectual Discente da Universidade de Brasília, ao total foram selecionados seis trabalhos: quatro artigos e duas monografias de conclusão de curso. Ao final, evidencia-se a escassez das pesquisas nas bases de dados pesquisadas sobre a temática, além de destacar como a educação é vista como forma de cumprir com os interesses da classe dominante através de uma educação seletiva para manutenção da desigualdade social inerente ao capitalismo.

Palavras-chaves: Trabalho Infantil e Exploração do Trabalho Infantil; Educação; Escola; Produção acadêmica.

ABSTRACT

This monograph aims to understand the relationship between child labor and school education according to academic productions on the subject. The following objectives derive from this problem: To understand Child Labor Today; To know and analyze the production on Child Labor and the relationship with Education; To contribute to giving evidence to Child Labor, often hidden, and to generate awareness for today's society of the risks that this exploitation can entail in the lives of these children and adolescents. The research has a qualitative character and the methodology used was a bibliographic research. To this end, we conducted a survey of articles and theses in the last 10 years (2014-2024), based on the descriptors: Child Labor and education on the Capes Periodicals Portal platform and in the Digital Library of Student Intellectual Production of the University of Brasília, in total six works were selected: four articles and two course completion monographs. In the end, the scarcity of research in the databases researched on the subject is evidenced, in addition to highlighting how education is seen as a way to comply with the interests of the dominant class through selective education to maintain the social inequality inherent to capitalism.

Keywords: Child Labor and Child Labor Exploitation; Education; School; Academic production.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1.OS PRIMEIROS SINAIS DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL	12
1.1 LEGISLAÇÃO SOBRE O TRABALHO INFANTIL.....	14
2. O TRABALHO INFANTIL E O IMPACTO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR DAS CRIANÇAS.....	19
2.1 O CENÁRIO DO TRABALHO INFANTIL DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19.....	22
3. RELAÇÃO ENTRE TRABALHO INFANTIL E EDUCAÇÃO NAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	39

INTRODUÇÃO

A temática da exploração do Trabalho Infantil sempre foi assunto delicado e cheio de opiniões controversas. Mas o que muitas pessoas esquecem de colocar no centro de toda questão são as crianças inseridas nesta realidade e o prejuízo causado pela exploração do Trabalho Infantil no desenvolvimento geral das crianças. Essa é uma realidade que persiste, mesmo que, atualmente, tenhamos legislações em prol da proteção integral desses sujeitos. Portanto, para início desse trabalho, entendemos ser importante compreender o que é a exploração do Trabalho Infantil e quando ele se tornou uma problemática social.

De acordo com as Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) nº 138 e nº 182, o Trabalho Infantil é o trabalho realizado por crianças e adolescentes abaixo da idade mínima estabelecida pelo país. No Brasil essa idade refere-se a 16 anos, porém, quando realizado em condições de aprendiz é permitido a partir dos 14 anos. Essas Convenções apontam, formas ainda mais degradantes e violentas de Trabalho Infantil, como por exemplo: a escravidão, o trabalho forçado, a exploração sexual, o tráfico de pessoas e drogas e os conflitos armados. Portanto o “Trabalho Infantil” é entendido como aquele que priva as crianças e/ou adolescentes de sua infância e traz prejuízo no desenvolvimento físico e mental delas.

Mas por quê mesmo a legislação brasileira proibindo a exploração do Trabalho Infantil algumas crianças e adolescentes são privadas de seus direitos, e de sua infância e adolescência? E por qual motivo ainda é comum encontrá-los inseridos precocemente no mercado de trabalho, seja nas ruas de forma autônoma ou nos comércios?

Nessa direção, essa monografia tem por objetivo entender a relação entre Trabalho Infantil e educação escolar de acordo com as produções acadêmicas selecionadas. Derivam dessa problemática os seguintes objetivos: compreender o Trabalho Infantil na atualidade; conhecer e analisar a produção sobre Trabalho Infantil e Educação; contribuir para dar evidência ao Trabalho Infantil, muitas vezes oculto, e gerar conscientização para a sociedade atual dos riscos que essa exploração pode acarretar na vida de crianças e adolescentes.

Pesquisar sobre essa temática é de suma importância, pois mesmo com tantos direitos e programas de proteção, ainda é possível presenciar a exploração da mão-de-obra infantil. Por tanto entender o contexto e a raiz dessa problemática pode contribuir para que

sejam criadas e executadas políticas públicas de maior eficácia para a erradicação. Porque combater esse problema é uma questão que deveria ser prioridade em nosso país devido a todos os prejuízos que causam na vida de crianças e adolescentes, como os que incidem sobre o rendimento escolar e o desenvolvimento físico e emocional.

A monografia tem caráter qualitativo e a metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica. Realizamos, assim, um levantamento de artigos e monografias de conclusão de cursos datados dos últimos 10 anos (2014- 2020), a partir dos descritores: Trabalho Infantil and educação na plataforma Portal de Periódicos Capes e na Biblioteca Digital de Produção Intelectual Discente da Universidade de Brasília, sendo possível observar tímida produção sobre essa temática, pois encontramos poucas obras que abordaram sobre a relação da educação com o Trabalho Infantil. Por fim, destacamos quatro artigos e duas monografias de conclusão de curso para serem analisados e resumidos neste trabalho.

A monografia está organizada em três capítulos. No primeiro, recupero a historicidade e a trajetória da exploração do Trabalho Infantil e a legislação brasileira atual sobre a temática; no segundo, destaco os dados da PNAD (2016-2022) sobre o Trabalho Infantil e as consequências que são geradas às crianças, principalmente no contexto escolar, quando ingressam precocemente no mercado de trabalho e, ainda, a ampliação do Trabalho Infantil no período pandêmico. No terceiro capítulo, busco trazer o que dizem as produções acadêmicas selecionadas sobre a relação que o Trabalho Infantil tem com a educação e a escola. Ao final, tecemos as considerações finais buscando evidenciar a persistência do Trabalho Infantil na sociedade capitalista.

1. OS PRIMEIROS SINAIS DA EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NO BRASIL

O Trabalho Infantil na nossa sociedade está presente desde a “descoberta” do Brasil em 1500, quando a maior parte da população existente no território brasileiro foi escravizada pelos portugueses, como destaca Rizzini (2013). No período colonial crianças negras e indígenas eram submetidas a realizar tarefas para a classe dominante, sendo que, quase não existia distinção entre o trabalho realizado por adultos e por crianças, inclusive, muitas vezes, eram submetidas a tarefas perigosas.

Segundo Ramos (1999), as crianças que chegavam ao Brasil nas embarcações eram conhecidas como grumetes e pajens. Geralmente eram crianças de famílias portuguesas pobres enviadas pelos pais para buscar uma vida mais “digna” e, ao mesmo tempo, seriam menos uma pessoa para a família alimentar. Durante as viagens marítimas esses pequenos levavam uma vida difícil e cheia de abusos. Eles eram submetidos a realizar trabalhos perigosos, cujas integridades física e sexual eram violadas, além de terem uma alimentação e condições de vida precárias. Os pajens, mesmo pertencendo a famílias pobres, vinham de setores sociais médios, eram um pouco mais protegidos, portanto os trabalhos realizados por eles eram menos degradantes, como por exemplo servir a mesa e arrumar os quartos, carregar algodão na peneira, girar manivelas, preparar pão e cerveja.

Em qualquer condição eram os “miúdos” quem mais sofriam com o dia a dia em alto mar. A presença de mulheres era rara, e muitas vezes proibida a bordo, e o próprio ambiente nas naus acabava por propiciar atos de sodomia que eram tolerados até pela Inquisição. Grumetes e pajens eram obrigados a aceitar abusos sexuais de marujos rudes e violentos. Crianças, mesmo acompanhadas dos pais, eram violadas por 22 pedófilos e as órfãs tinham que ser guardadas e vigiadas cuidadosamente a fim de manterem-se virgens, pelo menos até que chegassem à colônia (Ramos, 2004, p. 19).

Neste período a população negra e indígena em geral era tratada como mercadoria, no entanto, as crianças e mulheres eram reconhecidas como mercadorias ainda mais baratas. O processo de exploração do Trabalho Infantil não parou por aí. Com a chegada da Companhia de Jesus no Brasil, no ano de 1549, houve uma preocupação em “formar os jovens” de acordo com seus ideais como, por exemplo, ter o trabalho como atividade que traria a salvação e libertação para a alma.

No período colonial foi construída a Santa Casa de Misericórdia, em 1582, que recebia crianças órfãs, e tinha um caráter assistencialista voltado a atender a população mais necessitada, alimentando os famintos e cuidando dos enfermos. Muitas dessas crianças eram deixadas nesse local, o que ficou conhecido como a Roda dos Expostos, a qual:

(...) era uma espécie de dispositivo onde eram colocados os bebês abandonados por quem desejasse fazê-lo. Apresentava uma forma cilíndrica, dividida ao meio, sendo fixada no muro ou na janela da instituição. O bebê era colocado numa das partes desse mecanismo que tinha uma abertura externa. Depois, a roda era girada para o outro lado do muro ou da janela, possibilitando a entrada da criança para dentro da instituição. Prosseguindo o ritual, era puxada uma cordinha com uma sineta, pela pessoa que havia trazido a criança, a fim de avisar o vigilante ou a rodeira dessa chegada, e imediatamente a mesma se retirava do local (Passetti, 1999, p. 9).

A Santa Casa da Misericórdia então prometia atender essas crianças abandonadas dando assistência, abrigando-as e dando alimentação, mas, as crianças precisavam pagar por toda essa assistência sendo submetidas a trabalhar (Marcílio, *apud* Paganini, 2011, p. 3).

No entanto, essa justificativa escondia mais uma forma de legitimar a exploração do Trabalho Infantil no período, em que grande parte da sociedade reconhecia a inserção da criança no mundo laboral como algo que a enobreceria.

No século XVIII, no processo de industrialização era comum presenciar um elevado número de crianças trabalhando em fábricas, cumprindo jornadas exaustivas, trabalhando todos os dias da semana e realizando atividades de grandes riscos, em condições desumanas, acarretando alta taxa de mortalidade e a frequência de acidentes que muitas vezes deixavam sequelas físicas.

Esse cenário contribuiu para a perpetuação do discurso dignificante sobre o trabalho, ganhando força e espaço. A força de Trabalho Infantil no mundo das indústrias era bastante desejada pelos industriais, devido aos baixos salários e à ausência de reivindicação de direitos. Além disso, grande parte das crianças se submetia a tais serviços para ajudar na renda familiar, o trabalho das crianças foi elemento central para o crescimento das indústrias. Neste sentido:

O trabalho é *tolerado* por uma parcela significativa da sociedade, pelos mitos que ele enseja: é 'formativo', é 'melhor a criança trabalhar que fazer nada', ele 'prepara a criança para o futuro'. Fatores como a estrutura do mercado de trabalho, na qual o que se busca é o lucro desenfreado, mesmo às custas da exploração dessa mão-de-obra dócil e frágil, a pouca densidade da educação escolar obrigatória de

qualidade ofertada pelos poderes públicos, além da inexistência de uma rede de políticas públicas sociais fundamentais ao desenvolvimento da infância, são algumas outras razões apontadas como incentivo à família para a incorporação de seus filhos nas estratégias de trabalho e/ou sobrevivência (Silva, 2001, p. 112).

1.1 Legislação sobre o Trabalho Infantil

Com o passar dos anos surgiram mobilizações em defesa dos direitos dos trabalhadores e defesa das crianças exploradas. Dessas lutas surgem normativas para embasar a proteção e proibição do trabalho das crianças. No cenário internacional, encontram-se documentos da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Dentre elas podemos citar algumas mais relevantes como: a Declaração Universal dos Direitos das Crianças da ONU (1959), a qual afirma que devido a sua imaturidade a criança precisa de cuidados especiais e proteção integral; a Convenção dos Direitos da Criança da ONU (1989) que reconhece as crianças como sujeitos de direitos especiais, com atendimento prioritário e considerando o interesse da criança; a Convenção nº 138 da OIT, que aborda sobre idade mínima para admissão a emprego, estipulando limites; e, por fim, a Convenção nº 182 da OIT, que trata sobre a proibição das piores formas de Trabalho Infantil e sobre ações para sua erradicação.

No contexto brasileiro, a primeira normativa dedicada à assistência e proteção da criança foi estabelecida pelo juiz de menores do Rio de Janeiro José Cândido de Mello Mattos, no primeiro Código de Menores da República, aprovado em 12 de outubro de 1927, por meio do Decreto nº 17.934-A (Paganini *apud* Rizzini, 1997, p. 61) passando a considerar como essencial a questão do regenerar e educar a criança. Com o passar do tempo foram surgindo outras normativas em prol da criança. As Constituições Federais seguintes, passaram a tratar dos direitos das crianças, criando serviços de atendimento às crianças e adolescentes.

Dentre as diversas normas existentes na atualidade sobre o Trabalho Infantil no Brasil, destacamos as mais relevantes para proteção e fiscalização desse tipo de exploração, a começar pela Constituição Federal de 1988, que em seu art. 227 estabelece que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988).

Contando também com o art. 7º, inciso XXXIII que diz sobre “proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos” (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998).

Na legislação supramencionada é notório a permissão do trabalho a partir dos dezesseis anos, desde que não fira os direitos da criança, não atrapalhe seus estudos e a jornada de trabalho não seja exaustiva. Porém a legislação não garante a não existência do Trabalho Infantil, o qual persiste e prejudicar o desenvolvimento pleno da criança e do adolescente, privando-os de poderem brincar e estudar, chegando muitas vezes ao abandono escolar.

Na trajetória da legislação voltada a preservar a infância e zelar pelas crianças e adolescentes do nosso país, temos uma importante regulamentação: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), disposto na Lei Federal nº 8.069/1990, que regulamenta o artigo 227 da Constituição Federal. Este marco legal substitui o Código de Menores (1979) e prevê para crianças e adolescentes a proteção integral e garantia dos direitos à vida, convivência familiar, saúde, educação e seus deveres dentro da sociedade. Entre seus artigos 60 a 69 aborda o Trabalho Infantil com enfoque na proibição de qualquer tipo de trabalho até os treze anos de idade, menciona as responsabilidades do Sistema e a garantia dos direitos para aqueles adolescentes em condição de trabalho protegida, além disso os artigos explicitam as consequências previstas para pessoas e empresas que violarem os direitos dessas crianças.

Temos outras leis complementares, que reforçam o combate à exploração do Trabalho Infantil como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, em 1943, que entre os artigos 402 e 411 põe em questão todas as regras de contratação de adolescente na condição de aprendizes, garantindo que seus direitos não sejam violados (Brasil, Consolidação das Leis do Trabalho, 1943).

No entanto, apesar da existência dessas importantes legislações contra a exploração da força de trabalho do público infantil, ainda é possível observar no cotidiano de qualquer estado brasileiro crianças espalhadas pelas ruas atuando como vendedores ambulantes, oferecendo serviços em troca de algumas moedas ou até mesmo trabalhando em estabelecimentos sem nenhum respaldo enquanto deveriam estar nas escolas, em casa estudando ou brincando. Sabemos que muitos desses pequenos estão nessa realidade devido à

condição de extrema pobreza que suas famílias se encontram, evidenciando a desigualdade social e o racismo estrutural.

Segundo Custódio e Veronese (2009), tal condição, reforça a ideologia presente de ser o trabalho a única opção para essa classe pobre e negra, o que perpetua ciclos intergeracionais de pobreza impedindo todo desenvolvimento educacional e profissional. Esses ciclos não são quebrados pela natureza do sistema capitalista, devido à reprodução cultural da sociedade e também por falta de políticas públicas mais efetivas, no controle e na fiscalização do Trabalho Infantil. É comum escutarmos frases como “é melhor trabalhar do que roubar”, “o trabalho da criança ajuda a família”, “é melhor trabalhar do que ficar nas ruas”, “trabalhar desde cedo acumula experiência para trabalhos futuros” ou “trabalhar não faz mal a ninguém”.

Apesar da existência de regulamentações que visam proteger os direitos das crianças, uma parte da infância no Brasil ainda permanece desamparada. De acordo com a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), quase 1,9 milhão de crianças e adolescentes com a faixa etária de 5 a 17 anos estavam em situação de exploração do Trabalho Infantil em 2022. Os dados apontam que houve um aumento de cerca de 150 mil crianças a mais na comparação com o ano de 2019, sendo a maior parte dessas crianças pretas e pardas: 66,3%.

No Distrito Federal, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), entre 2001 e 2009, a porcentagem de crianças e adolescentes entre cinco e 17 anos ocupados no DF variou de 4,3% no início do período de estudo para 3,3% no fim (CODEPLAN, 2012). No mesmo período, o Brasil reduziu de 12,03% para 9,79% de crianças e adolescentes ocupados. O número de crianças e jovens entre cinco e 17 anos em Trabalho Infantil no DF era de 19 mil em 2009 e de 30 mil em 2005 (LIMA, 2013). Segundo a autora, os atendimentos do PETI mostraram-se insuficientes no período, cobrindo 16% da demanda existente para o serviço em 2005 e apenas 13,6% em 2009 (Companhia de Planejamento do Distrito Federal, 2021, p. 11).

Conforme destaca a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), entre 2011 e 2020, o Brasil registrou 24.909 casos de acidentes de trabalho e 466 mortes envolvendo menores de 18 anos. Essas crianças não estão inseridas neste contexto porque querem, mas porque necessitam para sobrevivência.

Deixando-se assim em evidência que não basta apenas a existência da legislação para a erradicação do Trabalho Infantil, uma vez que esta prática está enraizada na estrutura social desigual e exploratória da sociedade capitalista. Acredita-se que essa realidade poderia ser amenizada com maior fiscalização dos órgãos competentes, bem como a ampliação da

conscientização da sociedade em entender que lugar de criança e adolescente é na escola para que elas possam aprender sobre seus direitos, desenvolver sua aprendizagem.

Ao tratarmos sobre essa questão social, surge a necessidade de realizar um reflexão e diferenciação entre os conceitos de Trabalho Infantil e a Exploração do Trabalho Infantil para entender um pouco mais quando esse tipo de trabalho vira um problema. O que significa dizer que a exploração do Trabalho Infantil se difere das pequenas tarefas realizadas pelas crianças como por exemplo organizar seu quarto, levar os pratos e talheres para a pia, colher frutas, dentre outras atividades. Nesses casos estamos fazendo com que as crianças aprendam e se responsabilizem pela vida comunitária, mas com a conscientização de que essas tarefas são corriqueiras do dia a dia e que ao realizá-las as crianças estão aprendendo ética, cuidado coletivo, responsabilidade, dentre outros aspectos importantes para o desenvolvimento da criança. Sobre isso Conde e Silva (2020) propõem a diferenciar a Exploração do Trabalho Infantil do Trabalho Infantil, o segundo remete-se ao conceito do trabalho como princípio educativo, o trabalho como ferramenta pedagógica pode oferecer experiências que contribuem para o desenvolvimento do caráter e a aquisição de habilidades práticas. Ao se envolver em atividades laborais, as crianças têm a oportunidade de cultivar competências como responsabilidade, disciplina e colaboração. Dessa forma, o trabalho pode se transformar em uma ponte para um aprendizado mais significativo e para o crescimento pessoal e social. A relação necessária entre instrução e trabalho, base das formulações marxista sobre a educação e da Pedagogia Socialista. As palavras dos autores:

Nesse sentido, para Marx e Engels, era necessário abrir as portas do mundo a todos os educandos, fato esse que já constituía a realidade de boa parte da população: os filhos dos operários. No entanto, tal abertura ao universo do trabalho não deveria ser reduzida à prática pura e simples de um ofício, tampouco a um mero treinamento técnico (aquisição de um saber-fazer ou aprendizagem de um ofício). Assim, eles propunham, na verdade, que a participação das crianças na produção fosse diretamente relacionada à formação intelectual em seu sentido mais amplo (Conde; Silva; 2020, p.4).

Porém, ao tratarmos da exploração do Trabalho Infantil, precisamos destacar que a mão de obra infantil nessa condição é utilizada para realizar todos os tipos de trabalho, com jornada exaustiva, de forma ilegal e com a exploração da mais valia. Muitas vezes, essa exploração usa a justificativa de que a criança está adquirindo experiência e iniciando sua jornada trabalhista. “Percebemos então que o escamoteamento da palavra “exploração” é parte da estratégia política e discursiva que busca desviar o foco social do elemento central da sociedade capitalista” (Conde e Silva, 2020).

O Trabalho Infantil se torna então um problema social quando deixa de ser produtor de valores de uso e passa a ser pautado na produção de valor de troca e na exploração.

Há diferenças significativas entre o Trabalho Infantil familiar anterior à Revolução Industrial, quando os ritmos e as atividades respeitavam a capacidade e o limite de idade da criança, intercalando suas ações com entregas de mensagens e coleta de frutos, e o trabalho desenvolvido nas indústrias do século XIX, com jornadas exaustivas, realizadas todos os dias da semana, e atividades repetitivas voltadas fundamentalmente à produção de mais valia. O trabalho das crianças no âmbito familiar se destinava à produção de objetos para o uso e o consumo da família (valor de uso), e não, como ocorre no trabalho na grande indústria, para a produção de mercadorias a serem trocadas por dinheiro no mercado (valor de troca) (Conde e Silva, 2020, p. 6).

O que percebemos nessa discussão é um grande exemplo de recorte de classe social. Quem tem seu trabalho explorado desde a infância são os filhos da classe trabalhadora mais pauperizada. Para essas crianças, o trabalho é uma questão de necessidade e sobrevivência, mas muitas vezes é tratado socialmente como aliado e algo para se orgulhar, algo que vai fazê-lo sair da pobreza e ter sucesso, pois quanto mais cedo ele conseguir dinheiro melhor. Nem que para isso tenha seu tempo de estudo, brincadeira e descanso roubado. Mas para as crianças da classe média/alta, não há a necessidade de trabalhar, e a educação é reconhecida em seu processo de desenvolvimento como meio para o sucesso e qualidade de vida, fazendo crescer então o ciclo da desigualdade social.

2. O TRABALHO INFANTIL E O IMPACTO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR DAS CRIANÇAS

Analisando o contexto histórico da exploração do Trabalho Infantil nos deparamos com uma realidade de discurso dignificante de que trabalhar é o melhor a se fazer desde cedo. O que muitos esquecem é de enxergar as crianças e adolescentes que ingressam no mundo laboral como sujeitos de direitos e que merecem assistência e proteção. Quando essas crianças estão sujeitas a realizar a mão-de-obra estão também sujeitas a correr grandes riscos, o que ainda acontece manuseando máquinas perigosas, correndo risco de sofrer algum acidente como cortes, lesões e queimaduras, com cargas horárias exaustivas e muitas vezes carregando peso e ocasionando algumas deformidades em seu corpo.

Até aqui podemos ter a noção da dimensão da problemática do Trabalho Infantil. De acordo com os dados do IBGE apresentados no capítulo anterior, persiste o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil realizando diversos tipos de trabalho na condição da exploração, gerando também um amadurecimento precoce devido às grandes responsabilidades que vêm acompanhadas para buscar condições melhores de sobrevivência para ela e sua família, aceitando realizar qualquer atividade, sem questionar suas consequências.

Na cultura do trabalho, nos deparamos com adultos exaustos devido à jornada de trabalho árdua, sofrendo acidentes devido às condições precárias e até mesmo resultando em óbitos, com as crianças não chega a ser diferente. O trabalho para as crianças e adolescentes e suas famílias é visto como uma forma de sobreviver, portanto aceitam, por vezes, serem submetidas às piores condições de trabalho. Em todas as facetas do trabalho podemos perceber os riscos que eles sofrem, como, por exemplo, problemas psicológicos devido às grandes responsabilidades, acidentes domésticos quando estão inseridas na realidade de cuidados de casa enquanto os pais vão trabalhar, ou correndo risco nas ruas das grandes cidades, vendendo sua mercadoria entre os carros com chances de sofrerem algum atropelamento, seja embaixo de sol quente com riscos de insolação ou em tempestades.

O foco deste capítulo é discutir o Trabalho Infantil e sua relação com a educação e a escola. A escola deveria ser um local que possibilitasse o acesso aos conhecimentos produzidos e sistematizados pela humanidade, de questionar, problematizar a realidade. Logo, um espaço onde as crianças e os adolescentes possam se desenvolver integralmente,

principalmente adquirindo consciência crítica para poder compreender e intervir na realidade. No entanto, na sociedade capitalista a escola tem por finalidade formar para o mercado de trabalho e a inserção acrítica à sociedade. O que significa dizer, que, a educação, não sem contradições e limites na sociedade capitalista, ainda que indiretamente, pode vir a contribuir para mudanças na sociedade.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei nº 9.394/96, Art. 2º: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. E em seu Art. 5º que diz: “O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo”.

A educação, enquanto direito, deve ser oferecida e garantida para todos. Quando colocamos em questão a exploração do Trabalho Infantil, nessa realidade, percebemos que a maior parte dessas crianças e adolescentes estudam, mas também trabalham. Fato que as prejudicam em suas trajetórias escolares, pois, há necessidade de dedicar uma parte do seu dia ao trabalho. Nessas condições, as crianças muitas vezes se encontram cansadas para poder frequentar a escola acarretando muitas vezes no mal desempenho escolar ou na própria evasão.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD - 2016-2022) sobre o Trabalho Infantil mostra o impacto na educação: em 2022, 97,1% da população total entre 5 e 17 anos frequentava a escola. Entre as crianças e adolescentes dessa faixa etária inseridas no trabalho, a frequência cai para 87,9%, ou seja, temos um percentual menor frequentando a escola. Toda essa precarização da educação é reflexo do ciclo de pobreza que a sociedade tanto insiste em perpetuar, onde o “trabalho dignifica a mulher e o homem, não importa a idade”, e condicionando à educação às necessidades de perpetuação da sociedade capitalista. Mas o que na verdade se espera de toda essa ideologia é que o oprimido não seja liberto. O que me remete a lembrar da Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire (1975). Freire formula uma pedagogia direcionada para os oprimidos, ou seja, para os trabalhadores, com o intuito de que essa classe consiga realizar sua emancipação. O processo de conscientização, por meio do

pensamento crítico, pretende que os trabalhadores, consigam compreender sua condição real de oprimidos e possam lutar por seus direitos.

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista da falsa generosidade referida (Freire, 1975, p. 17).

Deixa-se em evidência que quando os oprimidos pelo sistema tomam consciência, há a possibilidade de transformação da realidade, uma conscientização crítica e revolucionária. Nesse sentido, não deixam os opressores imporem, sobre o futuro das crianças e adolescentes da classe oprimida que se encontram em situações de vulnerabilidade ou de extrema pobreza, a ideia de que não existe outra saída além de trabalhar.

A cientista social Isa Oliveira do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil em entrevista deixa sua opinião sobre essa ideologização do Trabalho Infantil, dizendo que: “Se o Trabalho Infantil fosse realmente essa preciosidade, com certeza seria privilégio para crianças ricas e não seria visto como uma “solução” para pobres e negros”.

Além disso, a exploração do Trabalho Infantil incide na privação da própria infância como um tempo de brincar, de ser criança. A infância é um momento em que as crianças aprendem a se comunicar, a pensar, a sentir emoções e a interagir com o mundo ao seu redor e, de acordo com Melo:

Já não há mais dúvida de que investir na infância, garantindo a todas as crianças condições dignas de vida e equidade social, gera ganhos sociais e econômicos superiores aos produzidos por quaisquer outros investimentos, além de sedimentar as bases de uma sociedade democrática. No entanto, para as crianças, mais importante do que preparar o futuro é viver o presente. Elas precisam viver agora e na forma mais justa, plena e feliz. (Melo, 2020, p. 13).

Portanto temos essa consciência de que as crianças precisam ter o direito de viver suas infâncias, para desenvolver seu próprio jeito de ser, vivenciando experiências únicas. Além disso, como foi dito, a exploração do Trabalho Infantil priva as crianças de brincar - uma atividade fundamental para o desenvolvimento na infância (Rocha, 2020) e um direito de aprendizagem e desenvolvimento na educação de acordo com a Base Nacional Comum

Curricular (BNCC). Quando a criança brinca essa atividade proporciona conhecimento do mundo, autoconhecimento e criatividade, desenvolvimento de imaginação. É por meio da brincadeira que os pequenos vivenciam a realidade, aprendem regras e desenvolvem suas relações sociais, portanto, concluímos que quando há brincadeira há também educação.

A interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças. Ao observar as interações e a brincadeira entre as crianças e delas com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão dos afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções (Brasil, 2018, p. 37).

2.1 O cenário do Trabalho Infantil durante a pandemia da Covid-19

A pandemia da Covid-19 refere-se à distribuição geográfica da doença respiratória causada pelo vírus SARS-CoV-2, assim classificada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020, que atingiu várias regiões do mundo causando múltiplos impactos negativos que, causando vários óbitos. No Brasil, a saúde pública e particular se encontravam em calamidade, o cenário era de hospitais superlotados, com falta de leitos, vacinas e medicamentos. Mas não foi somente a área da saúde que enfrentou dificuldades durante esse período, pois nos deparamos com o comércio de micro e pequenas empresas (MPE) interrompendo suas atividades para que o vírus não se alastrasse mais e muitas destas empresas chegaram até a realizar o fechamento definitivo, ampliando ainda mais o já grande número de desempregados. A pandemia aprofundou a crise social gerando impactos drásticos na pobreza e na desigualdade no Brasil e no mundo. O desemprego causou perdas de rendas principalmente nas populações desfavorecidas, deixando ainda mais evidente a desigualdade social em nosso país.

Nesse período, as escolas foram fechadas e tiveram seu processo de ensino profundamente impactado. De um dia para outro milhares de crianças e adolescentes não puderam frequentar as escolas, assistindo aulas e realizando atividades de forma online/remota, o que deixou uma grande defasagem na aprendizagem das mesmas. Para muitas famílias faltava equipamentos eletrônicos como computadores e celulares para as crianças acompanharem as aulas, como também a falta de alguém para poder explicar ou sanar uma dúvida, fato esse que tornou os pais e cuidadores um dos grandes responsáveis por acompanhar a aprendizagem e dar suporte à escolarização das crianças.

Nesse cenário de calamidade pública, crise econômica e desemprego, a população buscou seus próprios meios para sobrevivência. Como sabemos, uma das principais causas de termos crianças trabalhando hoje em dia é para ajudar a aumentar a renda familiar e durante a pandemia da Covid-19 essa realidade se mostrou muito mais evidente, já que a grande parte das crianças e adolescentes não estavam frequentando as escolas durante esse período pandêmico e passavam o dia na rua, ocasionando a possibilidade de se envolver com atividades ilícitas, violências ou em busca de realizar qualquer atividade que fosse gerar uma remuneração. De acordo com a pesquisa realizada pelo PNAD (2020) mostra que o Trabalho Infantil aumentou cerca de 5% no Brasil de 2019 a 2022, sendo em média 1,9 milhão de crianças e adolescentes entre 5 a 17 anos enfrentando as piores condições de trabalho para poder ajudar suas famílias com a renda.

Com isso percebemos que, naquele momento, quando a desigualdade social ficou ainda mais exposta, as taxas de desemprego elevadas e a evasão/exclusão escolar mais frequente em nossa realidade, as raízes do Trabalho Infantil apareceram, deixando mais evidente que essa irregularidade sempre esteve presente. Nesse momento de fragilidade global, as crianças e os adolescentes foram impactados drasticamente, aumentando o número dos que necessitavam trabalhar para sobreviver.

3. RELAÇÃO ENTRE TRABALHO INFANTIL E EDUCAÇÃO NAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS

Como foi apontado anteriormente, o trabalho de pesquisa constituiu em uma revisão bibliográfica e para sua realização foi feito um levantamento de produções sobre o Trabalho Infantil e a educação na plataforma Portal de Periódicos Capes e na Biblioteca Digital de Produção Intelectual Discente da Universidade de Brasília - monografias de conclusão de curso, do período entre 2014 a 2024. Encontramos um número reduzido de produções nessas bases de dados o que relacionassem o Trabalho Infantil com a educação, deixando explícita a necessidade de se investir mais em pesquisas nessa temática.

Selecionamos seis obras, sendo quatro artigos e duas monografias, relacionadas no quadro a seguir.

Quadro 1 - Produções acadêmicas selecionadas sobre Trabalho Infantil e educação

	Título	Periódico	Ano	Autoria
1	A escola e a exploração do Trabalho Infantil na fumicultura catarinense.	Perspectiva, [S. l.], v. 32, n. 3, p. 977-996	2014	Soraya Franzoni Conde Célia Regina Vendramini
2	O Trabalho Infantil e os mecanismos de enfrentamento pela Escola.	Revista de psicologia, v. 10, n. 32, p. 164-172	2016	Joelda Sandra Magalhães Melo
3	Trabalho infantil: consequências para a saúde e a educação das crianças.	Revista Pedagógica, [S. l.], v. 22, p. 1-16	2020	Bárbara Reis Chaves Alvim Elza Fagundes da Silva Alboni Marisa Dudgeon Pianovski Vieira
4	Relações entre Trabalho Infantil e educação escolar: contribuições para o debate.	Educação, [S. l.], v. 46, n. 1, p. e66/1-26	2021	Tânia Parolin da Cruz Simone de Fátima Flach
5	Um estudo sobre a realidade do Trabalho Infantil no Distrito Federal: perspectivas de erradicação	Universidade de Brasília - TCC - Serviço Social	2015	Andressa Maria Albuquerque Daldegan
6	Trabalho infantil e evasão escolar nos anos iniciais do ensino fundamental.	Universidade de Brasília - TCC - Pedagogia	2022	Dayanne de Souza da Silva

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

O primeiro artigo estudado foi escrito por Soraya Franzoni Conde e Célia Regina Vendramini denominado “*A escola e a exploração do Trabalho Infantil na fumicultura catarinense*” (2014), o qual busca relacionar o sistema escolar e a exploração do Trabalho Infantil na indústria do tabaco no estado de Santa Catarina-Brasil.

A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica, análise de dados oficiais, relatórios de fiscalização do Trabalho Infantil, entrevistas com pesquisadores, sindicalistas, trabalhadores rurais e fiscais do trabalho. Além disso, recolhemos produções textuais e depoimentos de 1080 crianças e adolescentes, entre 5 e 17 anos, de onze escolas públicas, localizadas nos municípios catarinenses de São Bonifácio, Imbuia e Canoinhas (Conde, Vendramini, 2014, p. 979).

As autoras iniciam trazendo dados importantes para a construção da pesquisa, evidenciando que o estado de Santa Catarina ocupa o 4º lugar com maior índice de Trabalho Infantil. E 80% das crianças que trabalham, continuam frequentando a escola, afirmando ser a frequência escolar insuficiente para combater o Trabalho Infantil. Além disso, relatam como as famílias contribuem para a continuação dessa “ajuda” das crianças no campo, pois temem falar e mostrar que as crianças se tornam mão de obra para não serem punidos, considerando a proibição do Trabalho Infantil.

De acordo com Conde e Vendramini (2014) o Brasil possui a maior produção de fumo e com a melhor qualidade, da qual 85% são destinados para a exportação. Essa atividade exige tempo, cuidado e força para que seja feita com qualidade, acarretando assim jornadas exaustivas. Por ser uma atividade com várias etapas, acaba por ter um alto custo de produção, por esse motivo as indústrias sempre buscam propriedades familiares para realizar a produção com menor custo, o que inclui burlar a legislação trabalhista. Determinada atitude contribui para a presença do Trabalho Infantil, pois, na organização familiar os mais novos geralmente são submissos aos adultos e acabam realizando as atividades que são impostas.

As empresas mesmo sabendo que na produção de fumo no âmbito familiar se realiza com a participação da mão de obra infantil, desenvolvem projetos e programas promovendo a educação como forma de se mostrar falsamente que combatem o Trabalho Infantil. Porém as autoras expõem que essa determinada educação acaba se tornando seletiva pois as empresas controlam o que as crianças irão aprender, fornecendo então uma educação que vai de acordo com os interesses da indústria.

O estudo traz também o resultado da amostra pesquisada com 1080 crianças em 11 escolas públicas dos municípios Imbuia, Canoinhas e São Bonifácio localizados em Santa Catarina.

Seguindo as porcentagens apontadas pelo quadro 1, 32,2% das crianças e dos adolescentes pesquisados, desenvolvem atividades rurais de trabalho; 16% realizam atividades domésticas de trabalho; 1,7% desenvolvem trabalho rural não familiar; 0,6% trabalho doméstico não familiar; 12,3% auxiliam nas tarefas para a organização da vida familiar; 7,5% combinam o trabalho doméstico cotidiano com o trabalho rural; 5% desenvolvem trabalho em locais não familiares; 1,3% combinam trabalho familiar com trabalho não familiar, o que compõe um conjunto de 76% de crianças que desenvolvem alguma forma de trabalho.(Conde, Vendramini, 2014, p. 985).

Por meio de desenhos e redações feitas pelas crianças, analisados junto aos dados da pesquisa, as autoras verificam em vários relatos a escola se tornando uma válvula de escape do trabalho. Ou seja, muitas crianças relataram que preferem e gostam de ir à escola pois podem brincar, descansar, conversar com outros colegas, se tornando o local de não trabalho. Conde e Vendramini consideram que mesmo a escola não sendo suficiente para a erradicação do Trabalho Infantil, ela carrega um papel importante nas políticas de erradicação porque garante o espaço de ensino e aprendizagem, além da socialização e do brincar. A escola traz para essas crianças e adolescentes condições de reduzir as diferenças intelectuais entre as classes sociais, através da educação que pode contribuir para o desenvolvimento de discussões e estratégias para uma grande mudança na sociedade.

A próxima análise é referente ao artigo “*O Trabalho Infantil e os mecanismos de enfrentamento pela escola*”, (2016) da autora Joeuda Sandra Magalhães Melo. O estudo teve como objetivo abordar o Trabalho Infantil no contexto histórico, político e social brasileiro, além de compartilhar ações e mecanismos desde a escola que podem contribuir para o enfrentamento dessa problemática social. A autora divide o texto em quatro capítulos: o primeiro aborda o contexto histórico do Trabalho Infantil no país, relatando sobre o período de colonização e posteriormente da industrialização no Brasil. Explicita como o pensamento de parte da sociedade, de compreender o Trabalho Infantil como uma forma de tirar as crianças das ruas e impedir a marginalização, compactua para que tal prática seja mais difícil de ser combatida.

No segundo tópico, a autora reflete sobre o papel de combate da escola frente a exploração do Trabalho Infantil. Historicamente a educação escolar da criança no Brasil sempre foi algo limitado, para os meninos uma educação preparatória para trabalhar fora de casa, voltada ao trabalho manual e para as meninas uma formação para dar conta dos afazeres domésticos. Dessa forma, uma educação visando sempre a formação para a mão-de-obra barata, beneficiando o sistema capitalista, não havendo um olhar para a formação integral de

cada criança e para o desenvolvimento de sua intelectualidade e os demais aspectos da formação humana (Melo, 2016).

A terceira parte trata da legislação brasileira sobre a proteção da criança e do adolescente para a garantia de seus direitos. A autora traz as contribuições da CF de 1988, do ECA, da CLT, além de citar programas e projetos que atuam no Trabalho Infantil como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Outro programa citado pela autora é o Programa de Educação contra a Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (PETECA), o qual parece ser interessante, mas que só existe no estado do Ceará. Ele tem como objetivo central realizar a conscientização da sociedade sobre a problemática do Trabalho Infantil e a necessidade de sua erradicação.

Na parte final, a autora discute as consequências que o trabalho precoce pode gerar na vida de crianças e adolescentes devido a grande exposição a riscos e acidentes de trabalho, acarretando problemas psíquicos e físicos. De acordo com ela as crianças e adolescentes sob essas condições correm riscos todos os dias, futuramente serão adultos com maiores dificuldades para atuar no mercado de trabalho devido ao grande desenvolvimento de problemas, como limitações na estrutura corporal, desnutrição, dentre outros riscos, tornando-se, então, adultos dependentes dos sistemas e dos programas de assistência social do governo.

Por fim, a autora conclui que o Trabalho Infantil atualmente está sendo contornado devido às políticas públicas implantadas para a sua erradicação, mas chama a atenção que todos precisam atuar nessa luta para a plena erradicação do Trabalho Infantil, por meio da denúncia ou da conscientização das pessoas.

A terceira produção analisada trata-se do artigo “*Trabalho Infantil: consequências para a saúde e a educação das crianças*” (2020), de autoria de Bárbara Reis Chaves Alvim, Elza Fagundes da Silva e Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira, o qual refere-se a uma pesquisa bibliográfica e documental, se baseando em dados do IBGE, Unicef dentre outras organizações. A pesquisa tem como objetivo mostrar as consequências do Trabalho Infantil para as crianças. Para isso, as autoras organizaram o texto abordando, inicialmente, o contexto do Trabalho Infantil no Brasil, buscando demonstrar que, historicamente, devido à grande desigualdade social, o Trabalho Infantil sempre esteve presente, principalmente com o objetivo de completar a renda familiar. Para retratar esse contexto histórico, elas resgatam o período de industrialização, no século XIX, e a grande entrada de imigrantes no Brasil. Nesse

período era comum presenciar crianças inseridas em fábricas, realizando atividades insalubres, deixando resquícios até os dias atuais.

De acordo com Alvim, Silva e Vieira (2020), o Trabalho Infantil não será erradicado até 2025, como previsto na Meta 8.7 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) aprovado pelas Nações Unidas. Em 2015, principalmente devido à diminuição de recursos para fiscalização e combate e como também por ser uma problemática que envolve múltiplos fatores, exigindo que sejam realizadas ações compartilhadas com diversos setores.

Em seguida, as autoras buscam abordar as principais legislações a respeito do Trabalho Infantil, destacando-se a importância da Constituição Federal de 1988 como garantia de direito das crianças e adolescentes e do ECA, aprovado em 1990 tendo em vista a proteção integral dessas crianças.

Outra discussão bastante importante presente no artigo foi a questão do Trabalho Infantil velado, ou seja, formas de trabalho ocultas, como no meio artístico ou esportivo, que, de certa forma, contribuem significativamente para a naturalização da inserção das crianças no trabalho. Logo, é necessário questionar o Trabalho Infantil, independente do tipo, e as suas consequências para o desenvolvimento das crianças.

Muitas crianças e adolescentes, profissionais mirins geralmente provenientes das classes média e alta, são expostos a intensas jornadas de ensaio ou treinamento, sendo necessários, para exercer a profissão, demandar excessivo tempo para dedicação aos estudos e/ou preparo físico. Com isso, há o aumento do grau de tensão, estresse e cansaço envolvido nessas atividades, que igualmente obriga análise pelos órgãos normativos (Alvim, da Silva, Vieira, 2020, p.9)

Para encerrar, as autoras retomam o objetivo central da pesquisa que é relatar as consequências do Trabalho Infantil, evidenciando que, ao ingressar no mundo laboral de forma precoce, crianças e adolescentes estão sujeitas a danos em sua formação intelectual, psicológica e social, pois o tempo que deveria ser utilizado para brincar, estudar e conviver com sua família passa a ser gasto trabalhando.

Além de ser físico e socialmente perigoso, é também prejudicial para as crianças e jovens ao interferir na sua escolarização, por privar, em muitos casos, a frequência à escola ou por acarretar prematuramente o abandono escolar, em decorrência de jornadas laborais longas e cansativas, que exigem o desprendimento de grande força física. (Alvim, Silva, Vieira, 2020, p.11).

Portanto, no âmbito educacional percebemos que muitas crianças são afetadas em suas aprendizagens por estarem gastando todas suas energias e tempo para a realização de atividades laborais, chegando a não se dedicar e, em alguns casos, a abandonar os estudos por não conseguir conciliar escola e a jornada de trabalho.

O último artigo estudado denomina-se “*Relações entre Trabalho Infantil e educação escolar: contribuições para o debate*” (2021) e é de autoria de Tânia Parolin da Cruz e Simone de Fátima Flach. O artigo tem como base teórico-metodológica o materialismo histórico e dialético e busca entender qual a relação existente entre o processo de escolarização e o Trabalho Infantil. O estudo cita ações governamentais que buscam enfrentar o Trabalho Infantil, mas que não são suficientes, além de destacar a (im)possibilidade de erradicar o Trabalho Infantil apenas por meio da educação. Essa publicação faz parte de um projeto mais amplo que analisa a relação entre escolarização e o Trabalho Infantil na fumicultura no município de Prudentópolis - Paraná.

O texto inicia evidenciando a grande contradição presente no Brasil, pois ao mesmo tempo em que temos uma legislação avançada em prol a proteção das crianças e garantia de seus direitos, temos uma quantidade significativa de crianças e adolescentes trabalhando e a naturalização desse trabalho precoce pela sociedade.

As autoras destacam o Estado e suas ações governamentais, o qual de certa forma contribuiu historicamente para a perpetuação do Trabalho Infantil pois ao defender os interesses da classe dominante, legitima a manutenção e a reprodução do sistema capitalista. Resgatam a concepção do marxismo onde a atuação estatal não é neutra, pois o poder público está organizado de uma maneira articulada em que a classe economicamente dominante garante a opressão da classe trabalhadora. Por vezes, o Estado também desempenha um papel na legitimação do Trabalho Infantil, apresentando-o como algo educativo e necessário, o que perpetua a exploração do trabalho infanto-juvenil.

A crítica presente no artigo se estende às políticas públicas atuais, alinhadas com os princípios neoliberais, as quais focam na redução de gastos e na privatização. Programas como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Bolsa-Família, embora criados para combater o Trabalho Infantil, são criticados por não abordarem a raiz do problema e por serem ajustados para atender aos interesses do mercado, sem realmente confrontar as causas estruturais da desigualdade. O que significa dizer que apesar das leis e políticas de proteção à infância, a lógica capitalista persiste e as políticas públicas

frequentemente continuam a servir aos interesses do capital, refletindo a contradição entre a retórica de proteção social e a prática de manutenção da desigualdade e exploração.

Para as autoras, as políticas sociais e educacionais voltadas ao enfrentamento do Trabalho Infantil se baseiam em transferências de renda e expansão da escolarização, criando uma interseção entre políticas educacionais e sociais.

Nessa direção, o texto evidencia que as políticas educacionais são inadequadas e insuficientes para erradicar o Trabalho Infantil, sendo, muitas vezes, utilizadas para formar trabalhadores para o mercado, ao invés de promover uma transformação social significativa. A educação, em vez de ser um meio para a liberdade e igualdade, acaba servindo aos interesses capitalistas e não consegue combater efetivamente o Trabalho Infantil. Nas palavras das autoras:

A supressão desse fenômeno requer a ruptura radical com o sistema capitalista. Sem dúvida, esse processo está estreitamente vinculado à formação da classe trabalhadora. A educação, em dado contexto, ganha centralidade, pois caracteriza-se como instrumento capaz de contribuir para que a classe trabalhadora possa assumir o protagonismo na construção de uma nova forma de sociabilidade. Esse é o único caminho possível para a superação da exploração do Trabalho Infantil, seja no cultivo do tabaco ou em qualquer outra atividade. (Cruz, Flach, 2021, p. 22).

Na conclusão, as autoras indicam que uma profunda transformação social requer não apenas a luta pelos direitos, mas também uma mudança na estrutura socioeconômica, desafiando o status e a hegemonia da classe dominante. Em síntese, a ideia central do artigo é abordar que a erradicação do Trabalho Infantil não pode ser alcançada apenas através da educação, exigindo então uma transformação radical do sistema capitalista e uma reorganização social que promova a igualdade e a liberdade em toda sociedade.

No balanço de literatura realizado neste trabalho monográfico incluímos duas monografias de conclusão de curso realizadas na Universidade de Brasília, uma realizada no curso de Serviço Social e a outra na Pedagogia.

O primeiro texto analisado foi da Andressa Maria Albuquerque Daldegan intitulado “*Um estudo sobre a realidade do Trabalho Infantil no Distrito Federal: perspectivas de erradicação*” (2015). Trata-se de uma monografia de conclusão do curso de Serviço Social na Universidade de Brasília, cujo objetivo é compreender os avanços e limitações a respeito da erradicação do Trabalho Infantil no Distrito Federal. Para tal, realiza uma pesquisa de caráter documental e bibliográfica. O trabalho encontra-se dividido em três capítulos. No primeiro, a autora aborda o desenvolvimento da infância e do Trabalho Infantil no Brasil ao logo da história. No segundo capítulo, é feita a análise documental das legislações e políticas de

proteção à infância e à adolescência e, por fim, o terceiro apresenta dados sobre o trabalho de erradicação do Distrito Federal, buscando entender suas limitações e seus avanços.

Inicialmente, Daldegan enfatiza como a questão do Trabalho Infantil se tornou um problema mundial. A autora indica a necessidade de compreender seu desenvolvimento e cita alguns fatores determinantes para a continuidade desse tipo de trabalho, como a própria influência das famílias para complemento de renda. Numa sociedade desigual, algumas crianças são empurradas para o trabalho para garantir sua sobrevivência a vinculação a setores econômicos importantes tornando a mão-de-obra infantil mais atrativa pelo preço, e ainda há uma construção cultural do Trabalho Infantil ser compreendido ideologicamente como uma maneira de livrar crianças e adolescentes das drogas e da criminalidade.

A autora traz o contexto e o surgimento da noção de infância de acordo com o pensamento de Ariès (1981), para o qual durante a Idade Média não havia distinção entre a fase adulta e a infância. As crianças eram tratadas como mini-adultos com diversas responsabilidades, o que acarretava por pular as etapas fundamentais da infância como seu descobrimento e formação psicológica e física. Com o passar dos séculos vai surgindo um olhar diferente para a criança e o desenvolvimento da concepção de infância.

A autora traz, também, o pensamento de Paganini (2011) sobre a história do Trabalho Infantil no Brasil. Paganini considera que o Trabalho Infantil no país tem início com a chegada dos portugueses, pois, embarcações, havia crianças que eram obrigadas a trabalhar. Na colonização, com a chegada dos jesuítas, no intuito de evangelizar e “civilizar”, foram impostos métodos severos às crianças, incluindo castigos físicos, visando moldá-las conforme os preceitos cristãos. Posteriormente, com a escravidão, os filhos de escravos eram tratados como propriedade dos senhores, vivendo em condições precárias e submetidos a trabalho extenuante.

Mais recentemente, em 1930 no período da industrialização do Brasil, a exploração da mão de obra infantil e barata cresceu com condições insalubres nas fábricas. Os empregadores justificavam essa força de trabalho juvenil alegando que estavam proporcionando uma alternativa para as crianças a não viverem nas ruas e se inserirem no crime, uma ideia que persiste até os dias atuais.

No segundo capítulo, a autora trata da legislação brasileira e das políticas de proteção à infância e adolescência. A história da legislação desde a criação em 1927 do Código de Menores onde fica registrado a primeira mudança do interesse jurídico em relação a crianças e adolescentes, com o intuito de “corrigir” as ações consideradas crimes desses sujeitos. A

legislação da época foi voltada, principalmente, para punição e recolhimento das crianças órfãs e expostas. Posteriormente, a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 trouxeram a ideia de proteção integral à criança e ao adolescente, com destaque para a proteção e garantia dos direitos das crianças.

No texto também é apresentada algumas ferramentas de erradicação do Trabalho Infantil, entre elas, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) implementado no Brasil em 1996. A autora cita outras maneiras que buscam afastar as crianças do Trabalho Infantil, como, por exemplo: a adesão aos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ou em outras atividades socioeducativas

Outra ação governamental registrada pela autora é o “ Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador”. Segundo o plano, o Brasil tem o compromisso de “eliminar todas as formas de Trabalho Infantil até 2025, tal como dispõe a meta 8.7, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”

O último capítulo do texto é dedicado à análise do Trabalho Infantil no Distrito Federal. Nesse momento, a autora, inicialmente, realiza um resgate histórico sobre a construção de Brasília - como a capital do país. Segundo Daldegan (2015), a cidade foi planejada para trazer modernidade e atender uma população reduzida composta por governantes, deputados e suas famílias. Mas o projeto de construção atraiu pessoas de outras regiões que buscavam por condições melhores de vida e trabalho e à medida que a cidade foi sendo concluída, os trabalhadores que vinham ajudar na construção foram se instalando ao redor do centro da cidade com suas famílias, ocasionando a criação das cidades satélites que temos atualmente no Distrito Federal. O crescimento populacional da capital saiu do planejado, deixando uma desigualdade explícita entre a região central denominada de Plano Piloto e as cidades satélites localizadas no entorno. Mesmo com esse recorte social alguns dados mostram que a população do DF possui um bom padrão de vida, o que pode levar a conclusões errôneas de que a cidade não tem registros de Trabalho Infantil .

Em seguida, traz dados de uma pesquisa realizada pelo IBGE, em maio de 2013, que conclui que o DF está na frente na questão do combate ao Trabalho Infantil em comparação a outras regiões do Brasil. Porém, mesmo com tal destaque, ainda é notório a presença do Trabalho Infantil na cidade, com mais foco em atividades urbanas, vendedores ambulantes, construção civil, trabalho doméstico.

De acordo com Daldegan (2015), a maior incidência de Trabalho Infantil no DF encontra-se no público adolescente, na faixa etária de 15 a 17 anos. Trata-se de pessoas em

fase de formação profissional e educacional exigindo atenção, pois, cerca de 19 mil jovens de acordo com a Secretaria da Criança, se encontram realizando algum tipo de atividade laboral. Esses fatores tornam mais difícil realizar o controle de quais jovens estão em condição de aprendizes ou não.

Por fim, a autora faz uma análise da pesquisa “Trabalho Infantil no Distrito Federal- Diagnóstico, Causas e Soluções”, realizada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), no ano de 2013, juntamente com dados disponibilizados pela PNAD/IBGE, entre os anos de 2001 e 2011. A partir desses documentos, aborda a redução da quantidade de crianças e adolescentes de 10 a 14 anos em situação de trabalho no DF. A queda foi de 1,37% para 0,57%, havendo, portanto, uma redução de 58,4% no período referido. A pesquisa detalha também o percentual de ocupações exercidas por crianças e adolescentes no Distrito Federal, em 2011. Para crianças de 5 a 9 anos, os percentuais são nulos ou não representativos, já na faixa etária de 10 a 14 anos são cerca de mil crianças e adolescentes envolvidos em atividades laborais, e de 15 a 17 anos um total de 17 mil.

Outros dados importantes, que chamam a atenção, dizem respeito à relação com a permanência na escola e o Trabalho Infantil. Os dados mais preocupantes foram que no DF cerca de 1,8% do público de 10 a 13 anos; 4,1% de 14 a 15 anos e 9,6% de 16 a 17 anos não trabalham e nem estudam. Na categoria que engloba crianças e adolescentes que estudam e trabalham, a pesquisa mostra cerca de 2,3% de 10 a 13 anos; 6,1% de 14 a 15 anos e 16,7% de 16 a 17 anos inseridos no contexto.

Os referidos dados deixam evidente que, mesmo que o DF tenha um número reduzido de crianças e adolescentes inseridos no mercado de trabalho em comparação a outras regiões, o Trabalho Infantil não deixa de existir na região principalmente na área urbana.

Ao final, a autora conclui que cabe às entidades responsáveis examinar as atividades predominantes nessas áreas do DF com o objetivo de criar políticas públicas que abordem diretamente a causa fundamental do problema.

O último texto analisado tem como título “*Trabalho infantil e evasão escolar nos anos iniciais do ensino fundamental*” (2022), e foi escrito por Dayanne de Souza Silva, refere-se a um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Pedagogia da Universidade de Brasília (UnB). O estudo tem por objetivo examinar a relação entre Trabalho Infantil e evasão escolar durante os anos iniciais do Ensino Fundamental. Logo, investigar como o Trabalho Infantil afeta a frequência e o desempenho escolar das crianças e como a evasão escolar se relaciona com essas condições. A pesquisa tem caráter quantitativo e foi

realizada por meio da revisão de literatura, a qual engloba a análise de seis artigos sobre o tema encontrados na plataforma Scielo que tratam do trabalho Infantil e evasão escolar no Ensino Fundamental.

A monografia se organiza em três capítulos. No primeiro, realiza um histórico da legislação sobre o direito à educação com foco no Ensino Fundamental. No segundo discute a legislação sobre o Trabalho Infantil e suas interfaces com a educação; e no terceiro traz a análise dos artigos que relacionam o problema do Trabalho Infantil e sua relação com a evasão escolar.

Para adentrar na problemática da pesquisa, a autora aborda o conceito de trabalho que é “uma atividade realizada pelo homem com a finalidade de atender às suas necessidades, por ser um fator principal para a formação do homem social, se pode considerar a essência do homem” (Silva, 2022, p. 30 *apud* Netto e Braz) e deixa claro que o trabalho não deve ser realizado por crianças para que não tenha seu desenvolvimento prejudicado.

O Trabalho Infantil é preocupante, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, quando as crianças estão em uma fase crucial do desenvolvimento educacional e pessoal.

Silva (2022) busca contextualizar o impacto negativo do Trabalho Infantil na vida escolar das crianças e a importância de entender essa relação para desenvolver intervenções eficazes, pois de acordo com a pesquisa realizada, o Trabalho Infantil prejudica a frequência escolar e o desempenho acadêmico das crianças. Sendo possível observar que as crianças que trabalham frequentemente têm menos tempo e energia para se dedicar aos estudos, resultando em menores taxas de conclusão escolar e desempenho inferior. Ou seja, o Trabalho Infantil reduz o tempo disponível para o estudo e afeta a saúde e o bem-estar das crianças, levando à evasão escolar.

A autora destaca que o Trabalho Infantil motivado principalmente pela pobreza e a evasão escolar estão interligados e que a abordagem para resolver esses problemas deve ser multifacetada. É debatido que programas educacionais, melhoram o problema da frequência escolar, mas não atuam de fato na erradicação do Trabalho Infantil, desta forma ele não deixa de existir. É essencial que haja uma combinação de políticas públicas, apoio social e melhorias nas condições educacionais para combater efetivamente o Trabalho Infantil e reduzir a evasão escolar.

A autora também busca evidências das possíveis causas que contribuem para o aumento do Trabalho Infantil, os quais envolvem aspectos sociais como a naturalização do

trabalho tido como algo “dignificante” para as crianças; aspectos econômicos devido a grande desigualdade social que temos no Brasil fazendo com que muitas crianças busquem o trabalho para ajudar na renda familiar; e os aspectos políticos pela ausência de estratégias e ações governamentais eficazes para erradicar o Trabalho Infantil.

Por fim, a monografia relata que a pobreza é um fator central que contribui para o Trabalho Infantil e a evasão escolar, os fatores culturais e a falta de políticas públicas adequadas também desempenham papéis importantes. Para enfrentar o problema, é necessário investir em programas educacionais e políticas que abordem tanto a pobreza quanto o Trabalho Infantil de forma abrangente.

Em síntese, ao analisar as produções acadêmicas ficou evidente a carência significativa de pesquisas sobre a temática, tal problemática contribui para a menor visibilidade do tema, ocasionando a falta de conscientização. Dos quatro artigos estudados, dois combinam pesquisa bibliográfica com pesquisa de campo, sendo eles “*A escola e a exploração do Trabalho Infantil na fumicultura catarinense*” e “*Relações entre Trabalho Infantil e educação escolar: contribuições para o debate*” e na nossa compreensão oferecem uma análise mais aprofundada do Trabalho Infantil como um resultado das relações capitalistas.

Em geral, todos os artigos evidenciam a discrepância entre a legislação brasileira sobre os direitos das crianças e a realidade da persistente exploração do Trabalho Infantil, o que nos permite dizer que há falta de fiscalização e combate a exploração do Trabalho Infantil como também, há uma certa aceitação social do Trabalho Infantil, especialmente entre as famílias da classe trabalhadora mais empobrecida.

Sobre a educação, em especial a escolar e a relação com o Trabalho Infantil, os artigos abordam como o trabalho de forma irregular e precoce prejudica o desempenho escolar das crianças e seu desenvolvimento integral. Além disso, compartilham do pressuposto de ser a educação seletiva, alinhada com os interesses do sistema capitalista.

No entanto, os artigos analisados de autoria de Conde e Vendramini (2014) e o de Cruz e Flach (2021) destacam de maneira mais explícita as limitações da escola no enfrentamento do Trabalho Infantil, que está vinculado às desigualdades e à exploração típicas da sociedade capitalista. As autoras sugerem que para erradicar o Trabalho Infantil é necessário superar a divisão da sociedade de classes, pois, em uma sociedade desigual, é comum as crianças precisarem trabalhar para sobreviver. Mas, isso não significa que a escola seja impotente; pelo contrário, a pesquisa de Conde e Vendramini (2014) mostra que as

crianças que trabalham reconhecem a escola como um espaço para brincar, aprender, socializar e descansar do trabalho e preferem passar mais tempo nas escolas do que trabalhando com suas famílias no cultivo da planta.

As monografias buscam trazer um apanhado do contexto histórico do Trabalho Infantil para de fato entender a raiz dessa exploração e concluem que a desigualdade social é o grande fator para a persistência do Trabalho Infantil e ressaltam que sua erradicação está atrelada a superação de pobreza.

Os dois estudos abordam a evasão escolar e como o trabalho precoce impacta diretamente na educação, tornando-se mais difícil manter as crianças nas escolas devido ao cansaço, a distorção de idade e série ou até mesmo a falta de uma educação atrativa. O estudo de Daldegan oferece um panorama geral de estratégias e programas que já existem para erradicar o Trabalho Infantil que contribui na evasão escolar - problema citado no trabalho de Silva. Ambas as autoras reconhecem e destacam em suas produções que para o enfrentamento dessa exploração é necessário que os órgãos públicos competentes realizem o trabalho de forma conjunta mas que não deixem de realizar suas responsabilidades específicas para o combate desse problema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Trabalho Infantil é algo que está enraizado na história do Brasil desde o período da colonização, por esse motivo, grande parte da sociedade, até os dias atuais, trata essa “ajuda” das crianças em determinadas atividades como algo necessário para se desenvolver e se preparar para o mercado de trabalho, limitando assim o seu tempo de brincar, estudar e de socialização com amigos da mesma idade e família, ou seja, roubando de cada criança e adolescente seu direito de viver a infância.

A pesquisa teve como objetivo entender a relação entre Trabalho Infantil e educação escolar de acordo com as produções selecionadas. Derivam dessa problemática os seguintes objetivos: Compreender o Trabalho Infantil na Atualidade; Conhecer e analisar a produção sobre Trabalho Infantil e Educação e Contribuir para dar evidência ao Trabalho Infantil, muitas vezes oculto, e gerar conscientização para a sociedade atual dos riscos que essa exploração pode acarretar na vida dessas crianças e adolescentes.

Analisando as produções acadêmicas selecionadas na plataforma que optamos utilizar, percebemos a escassez de estudos sobre o Trabalho Infantil e a falta de dados atuais sobre a realidade do Brasil, principalmente depois do período de pandemia (2019-2020), que afetou fortemente na economia do país. Essa escassez de trabalhos, em certo sentido, contribui para a invisibilidade da temática, revelando a pouca importância social atribuída à questão. Além disso, foi possível notar nas produções como a educação é vista como meio de formação para o mercado de trabalho, dando pouca importância para o desenvolvimento integral do sujeito visando sempre os interesses capitalistas da classe dominante, ou seja, reproduzindo as desigualdades sociais e servindo a interesses econômicos específicos. Com a análise das produções foi possível perceber que a questão do Trabalho Infantil precisa ser combatida de forma conjunta, pois é um problema que envolve diversos setores e trazendo para foco da pesquisa que é o contexto educacional, concluímos que a educação por si só não é suficiente para a erradicação desse problema.

De fato a educação terá um papel muito importante para o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças, mas sabemos que infelizmente em nossa organização política a educação vai de acordo com os interesses da classe dominante, desfavorecendo a classe trabalhadora e dedicando a educação dessas pessoas apenas para a qualificação de mão de obra, dando pouca ou quase nenhuma importância para a formação do sujeito de forma

integral, através de uma educação emancipadora, para que o sujeito possa desenvolver seu olhar crítico para a melhoria da sociedade e desenvolver todas as suas potencialidades.

Portanto, primeiramente há uma necessidade de conscientização da sociedade sobre todos os malefícios que a inserção irregular e precoce no mercado de trabalho pode gerar futuramente, acarretando no ciclo de pobreza desses sujeitos. Como também, diferenciação da exploração do Trabalho Infantil do trabalho como princípio educativo e seu papel numa formação educacional na perspectiva da classe trabalhadora.

Sendo assim, através dessa conscientização espera-se que haja mais fiscalização e denúncias desses casos de irregularidades. Políticas públicas de erradicação também podem ser implantadas com mais eficácia, visando realmente enfrentar o problema do Trabalho Infantil e não apenas realizar transferência de renda. No entanto, ambas estratégias, apesar de necessárias, são limitadas uma vez que para a superação do Trabalho Infantil há uma necessidade de superação da exploração e desigualdade inerente à sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVIM, Barbara; DA SILVA, Elza Fagundes; VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. **TRABALHO INFANTIL: consequências para a saúde e a educação das crianças.** *Revista Pedagógica*, v. 22, p. 1-16, 2020.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2008.

BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho: aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

CABRAL, Maria Eliza Leal; MOREIRA, Rafael Bueno da Rosa. **A proteção internacional e nacional contra a exploração do Trabalho Infantil no marco da teoria da proteção integral. Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**, v. 15, 2018.

CONDE, Soraya Franzoni. **As medidas de enfrentamento à exploração do Trabalho Infantil no Brasil: forças em luta.** *Revista Katálysis*, v. 16, p. 241-247, 2013.

CONDE, Soraya Franzoni; VENDRAMINI, Célia Regina. **A escola e a exploração do Trabalho Infantil na fumicultura catarinense.** *Perspectiva*, v. 32, n. 3, p. 977-996, 2014.

CONDE, Soraya Franzoni; SILVA, Mauricio. **Persistência do Trabalho Infantil ou da exploração do Trabalho Infantil.** *Roteiro*, v. 45, 2020.

CRUZ, Tânia Parolin da; FLACH, Simone de Fátima. **Relações entre Trabalho Infantil e educação escolar: contribuições para o debate.** *Educação UFSM*, v. 46, 2021.

CUSTÓDIO, André Viana et al. **A exploração do Trabalho Infantil doméstico no Brasil contemporâneo: limites e perspectivas para sua erradicação.** Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

DALDEGAN, Andressa Maria Albuquerque. **Um estudo sobre a realidade do Trabalho Infantil no Distrito Federal: perspectivas de erradicação.** 2015. 53 f., il. Monografia (Bacharelado em Serviço Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

DO MONTE, Paulo Aguiar et al. **Exploração do Trabalho Infantil no Brasil: consequências e reflexões.** *Economia*, v. 9, n. 3, p. 625-650, 2008.

DUARTE, Matheus Prestes Tavares; CAVALCANTI, Camilla Martins; SOUSA, Vanessa de Lima Marques Santiago. **O Trabalho Infantil e a pandemia de COVID-19: análise das repercussões da crise pandêmica nos contratos de aprendizagem.** *Laborare*, v. 4, n. 7, p. 70-93, 2021

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- LOYOLA, Paulo Ricardo Gontijo. **Valor e mais-valia: examinando a atualidade do pensamento econômico de Marx**. Revista de Filosofia Argumentos, 2009.
- MEDEIROS NETO, Xisto Tiago; MARQUES, Rafael Dias. **Manual de atuação do Ministério Público na prevenção e erradicação do Trabalho Infantil**. Brasília: CNMP, 2013.
- MELO, Joeuda Sandra Magalhães. **O Trabalho Infantil e os mecanismos de enfrentamento pela Escola. ID on line**. Revista de psicologia, v. 10, n. 32, p. 164-172, 2016
- PAGANINI, Juliana. **O Trabalho Infantil no Brasil: uma história de exploração e sofrimento**. Revista Amicus Curiae, v. 5, p. 1-11, 2008.
- PASSETTI, Edson. **Crianças carentes e políticas públicas**. In: PRIORE, Mary Del (Org). História das Crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 1999.
- RIZZINI, Irma. **Pequenos Trabalhadores do Brasil**. In: DEL PRIORE, Mary (org.). História das Crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2013.
- SARMENTO, Manuel Jacinto. **“O trabalho das crianças é na escola”: debates e controvérsias sobre Trabalho Infantil e a educação como trabalho**. In M. G. Arroyo, M. dos A. L. Viella, & M. R. da Silva, (Orgs.) Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- SILVA, Dayanne de Souza. **Trabalho infantil e evasão escolar nos anos iniciais do ensino fundamental**. 2022. 59 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.
- SILVA, Maria Izabel da. **Trabalho Infantil: um problema de todos. Cadernos Abong: Subsídios à IV Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**. Abong, São Paulo, n. 29, p. 112, nov. 2001.
- SILVA, Natália Brito. **A atuação do Ministério Público do trabalho no combate à Exploração do Trabalho Infantil**. Científic@-Multidisciplinary Journal, v. 4, n. 2, p. 1-13, 2017.